



AES TIETÊ S.A.

CNPJ/MF nº 02.998.609/0001-27 – NIRE nº 35300170555 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da AES Tietê S.A., nova razão social da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício social de 2001, assim como os relatórios das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício.

PRINCÍPIOS

Seguindo, os princípios da AES, quais sejam, agir com integridade, ser justa, socialmente responsável e criar um ambiente de trabalho estimulante e agradável, a AES Tietê tem por objetivo gerar energia elétrica de forma segura, limpa e confiável, sempre visando a excelência operacional, a satisfação de seus consumidores diretos e indiretos, de seu pessoal e de seus acionistas.

CENÁRIO ECONÔMICO

Durante o ano de 2001, a economia brasileira foi muito afetada por fatores ocorridos no cenário econômico nacional e internacional. As crises financeiras não só da Argentina, um dos nossos principais parceiros no Mercosul, como também dos Estados Unidos, fortemente agravada pelos atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro, num primeiro instante se traduziu em fortes oscilações no câmbio e elevação nas taxas de juros. A escassez de energia decorrente do descompasso entre o crescimento da demanda e da oferta de energia culminou no programa de racionamento decretado pelo Governo Federal a partir de junho de 2001, resultando em significativa redução no produto interno bruto.

O racionamento de energia foi à única medida viável, para se assegurar condições de recuperação dos níveis dos reservatórios das usinas hidráulicas de todo o sistema interligado nacional; entretanto, embora minimizado o risco operacional com a medida de contenção do consumo, restaram inúmeras e grandes dificuldades no faturamento de energia entre empresas geradoras e distribuidoras, devido aos elevados preços verificados no mercado atacadista de energia (MAE) e às obrigações contratuais em vigor.

Não obstante todas as dificuldades, a habilidade da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica em proporcionar uma solução para o racionamento e em propor novas medidas para permitir regras claras, levaram a uma maior confiança dos investidores, e poderá levar a um aumento dos investimentos no país. Assim sendo, a economia brasileira assimilou de forma satisfatória os impactos das crises nacional e internacional, sendo que graças à eficiência da política econômica adotada pelo Governo, refletida no câmbio flutuante e no controle da inflação, foi possível visualizar ao final do ano, um processo de recuperação econômica, espelhado inclusive na balança comercial que registrou seu primeiro saldo positivo anual desde a implantação do plano real em 1994.

AS USINAS

As Usinas da AES Tietê, além de geração de energia elétrica, permitem o controle de cheias, o desenvolvimento da piscicultura e de atividades de recreação, dentre outros usos, sendo que as usinas localizadas no Rio Tietê propiciam ainda, as navegações hidroviárias, fomentando o transporte aquaviário de cargas e o turismo no Estado de São Paulo. No ano de 2001,

como parte das obrigações assumidas no ato da privatização de seu controle acionário, a Tietê investiu R\$ 6,3 milhões em obras no sistema hidroviário, R\$ 4,7 milhões na modernização das eclusas, com a implantação entre outras benfeitorias de um moderno sistema antiincêndio, garantindo maior segurança e confiabilidade para a navegação, além da contribuição anual em torno de R\$ 1,2 milhão para o Órgão Gestor da Hidrovia.

A AES Tietê vem ainda efetuando investimentos na modernização de suas unidades geradoras, tendo despendido R\$ 13,2 milhões nessas obras em 2001, assim como adquiriu os direitos para a exploração da pequena central hidroelétrica denominada Carrapatos, localizada no Rio Pardo, com potência estimada de 22 MW, tendo já obtido a transferência pela Aneel, da respectiva autorização.

ASPECTOS COMERCIAIS

A AES Tietê está classificada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel como Produtor Independente de Energia, operando dez usinas hidrelétricas com uma capacidade total instalada de 2.651 MW.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico durante o ano de 2001, foi a crise gerada quando da escassez de energia, que impôs a população uma redução mínima de 20% do seu consumo médio. Tal racionamento levou a dificuldades de interpretação e aplicação das regras contratuais em situação de racionamento de energia, especialmente as regras dispostas no Anexo V dos Contratos Iniciais de Venda de Energia, firmados com as empresas distribuidoras. As discussões sobre estas questões contratuais mobilizaram os agentes de Geração e Distribuição na busca de soluções junto à Câmara de Gestão da Crise, que teve participação importante no processo de negociação entre os agentes e o governo, permitindo o consenso entre as partes e um importante acordo para solução dos problemas advindos da crise.

A Companhia encontra-se ainda confiante nas propostas recentemente anunciadas a título do Programa de Revitalização do Setor Elétrico Brasileiro, pela Câmara de Gestão da Crise, que certamente culminarão em regras mais claras, no aumento da competitividade e na retomada de novos investimentos no setor.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A geração de energia limpa faz parte dos valores da AES Tietê e desta forma a empresa investiu neste exercício, R\$ 4,1 milhões em Meio Ambiente, visando adequar-nos aos padrões internacionais mais rígidos de proteção e respeito ambiental.

Destarte efetuar reflorestamento ciliar, com a plantação de 1 milhão de mudas/ano e a promover o repovoamento de reservatórios e rios, com 2,5 milhões de alevinos /ano, em 2001 iniciamos a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, que nos permitirá atuar de forma integrada com a comunidade no entorno dos reservatórios, Ongs, Poder Público e Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em função de promover uma total adequação dos programas hoje desenvolvidos pela empresa.

No âmbito social, ciente da nossa responsabilidade, estamos desenvolvendo atividades junto ao Instituto Criança Cidadã, creches, asilos e comunidades carentes, sendo que na área cultural, custeamos de forma parcial a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo.

BALANÇO E RESULTADOS

Durante os doze meses de operação em 2001, a AES Tietê obteve uma receita operacional bruta de R\$ 765,4 milhões, provenientes da venda de energia própria, de energia livre adquirida no mercado atacadista de energia (MAE) e de revenda de energia de Itaipu. Os custos com energia comprada para revenda, incluindo encargos de conexão totalizaram R\$ 272,8 milhões, representando 36% da receita bruta. Outras despesas operacionais significativas são compostas por encargos do setor, como a compensação financeira para utilização de recursos hídricos que totalizou R\$ 18,0 milhões e despesas de pessoal no total de R\$ 16,7 milhões. A margem operacional bruta da empresa em 2001 foi de 47%.

As despesas financeiras e variações monetárias líquidas totalizaram R\$ 123,1 milhões e R\$ 128,9 milhões, respectivamente, provenientes, principalmente, da dívida com a Eletrobrás, que ao final do exercício apresentava saldo de R\$ 1.218 milhões e que tem como indexador o Índice Geral de Preço de Mercado – IGPM.

Em decorrência do Programa Emergencial de Racionamento decretado pelo Governo Federal a partir de junho de 2001, foram aplicados os dispositivos constantes do Anexo V dos contratos iniciais de compra de energia elétrica, que prevêm os encargos a serem assumidos em função da redução dos volumes de energia contratada em situação hidrológica crítica. Nessa situação, as geradoras pagariam às distribuidoras um valor equivalente à recompra de parte da energia fornecida ao preço de mercado. A AES Tietê registrou em suas demonstrações contábeis, os efeitos do racionamento de energia, com base em informações disponibilizadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia – ASMAE. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, todavia, estão refletindo os ajustes decorrentes das medidas estabelecidas na Medida Provisória nº 14 de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE da mesma data e na Resolução Aneel nº 72 de 7 de fevereiro de 2002, que resultaram na apuração de um lucro líquido de R\$ 76,9 milhões.

A empresa iniciou em dezembro de 2001, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos seus acionistas, no montante de R\$ 40,5 milhões. A Administração da companhia irá propor a distribuição do resultado remanescente do ano de 2001, no montante de 66 milhões, que inclui a Reserva de Retenção de Lucros constituída nas Demonstrações Contábeis de 2000.

AGRADECIMENTOS

Muitos desafios ainda estão por vir, entretanto, estamos certos de que a AES Tietê tem toda a vocação para se tornar uma empresa mais competitiva dentro do novo modelo regulatório do setor energético brasileiro, seguindo os valores e princípios do Grupo AES, e fazendo parte de uma estratégia de desenvolvimento integrado no Brasil. Nossos agradecimentos ao nosso pessoal, que continua a contribuir para nosso sucesso, alcançando a marca de nenhum acidente de trabalho com afastamento, aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em nossa empresa, além de nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços que gradativamente vêm se adaptando ao jeito "AES" de fazer negócios.

Administração da AES Tietê S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

ATIVO	2001	2000	PASSIVO	2001	2000
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	2.156	2.377	Fornecedores	246.349	13.678
Aplicações financeiras	171.957	158.432	Folha de pagamento	3.310	3.274
Revendedores	190.563	57.598	Tributos e contribuições sociais	7.158	2.912
Contas a receber de partes relacionadas	19.038	20.259	Obrigações com a Fundação CESP	4.087	2.462
Tributos e contribuições sociais	22.822	11.709	Empréstimos, financiamentos e debêntures	58.228	155.377
Tributos a recuperar	22.153	20.864	Encargos de dívidas	5.057	11.750
Almoarifado	1.059	1.093	Obrigações estimadas	12.268	8.949
Outros créditos	5.782	1.440	Dividendos propostos	74.768	11.278
Despesas pagas antecipadamente		226	Encargos do consumidor a recolher	3.846	3.592
Total do circulante	435.530	273.998	Total do circulante	415.071	213.272
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Revendedores	104.693		Empréstimos e financiamentos	1.155.151	1.101.051
Tributos e contribuições sociais diferidos	90.457	87.590	Obrigações com a Fundação CESP	29.286	32.959
Tributos a recuperar	210.205	232.352	Provisões para litígios e contingências	26.084	16.163
Cauções e depósitos vinculados	15.211	8.548	Obrigações estimadas	16.429	24.638
Total do realizável a longo prazo	420.566	328.490	Subtotal	1.226.950	1.174.811
PERMANENTE			Obrigações especiais	4.781	4.781
Investimento	1.798		Total do exigível a longo prazo	1.231.731	1.179.592
Imobilizado – líquido	1.444.706	1.486.406	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Diferido	12.227	1.984	Capital social	100.001	100.001
Total do permanente	1.458.731	1.488.390	Reservas de capital	561.803	561.803
			Reservas de lucros	6.221	36.210
			Lucros acumulados		
			Total do patrimônio líquido	668.025	698.014
TOTAL DO ATIVO	2.314.827	2.090.878	TOTAL DO PASSIVO	2.314.827	2.090.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2000	100.001	295.063		(5.515)	389.549
Incorporação do acervo líquido da AES Gás Empreendimentos Ltda.		266.740			266.740
Lucro líquido do exercício				53.003	53.003
Proposta para destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal			2.374	(2.374)	
Constituição de reserva para retenção de lucros			33.836	(33.836)	
Distribuição de dividendos				(11.278)	(11.278)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	100.001	561.803	36.210		698.014
Lucro líquido do exercício				76.950	76.950
Proposta para destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal			3.847	(3.847)	
Reversão de reserva para retenção de lucros			(33.836)	33.836	
Juros sobre capital próprio				(40.500)	(40.500)
Distribuição de dividendos				(66.439)	(66.439)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	100.001	561.803	6.221		668.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AES Tietê S.A. (Tietê), companhia de capital aberto, está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, com prazo de duração de 30 anos.

O início das operações da Tietê ocorreu em 1 de abril de 1999, após processo de cisão da CESP.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Energia garantida MW médios
Barra Bonita	1964	4	141	42
Bariri	1969	3	143	63
Ibitinga	1969	3	132	73
Promissão	1977	3	264	97
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	836
Caconde	1966	2	80	36
Euclides da Cunha	1960	4	109	52
Limoieiro	1958	2	32	15
Mogi Guaçu	1994	2	7	4
Total		32	2.651	1.357

2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2000, foi aprovada a reestruturação societária envolvendo a Tietê, a AES Tietê Empreendimentos Ltda. e a AES Gás Empreendimentos Ltda. (AES Gás). A Aneel autorizou essa reestruturação através da Resolução Aneel nº 544, de 14 de dezembro de 2000.

Essa reestruturação societária teve por objetivo permitir o aproveitamento do benefício fiscal na Tietê, no montante de R\$ 266.740, relativo ao ágio pago pela AES Tietê Empreendimentos Ltda., quando da privatização, e incluiu as seguintes fases:

a) Aporte de capital da AES Tietê Empreendimentos Ltda. em uma empresa veículo, a AES Gás, com a conferência de ativos no montante de R\$ 956.256, representados pelo valor do investimento original acrescido do resultado acumulado da equivalência patrimonial (R\$ 147.953) e do ágio pago (R\$ 808.303) na aquisição dessa participação acionária na Tietê quando da sua privatização.

b) Constituição na AES Gás de provisão no montante de R\$ 541.563 correspondente à diferença entre o valor do ágio pago (R\$ 808.303) e o valor do benefício fiscal (R\$ 266.740).

c) Incorporação pela Tietê do acervo líquido da AES Gás, no montante de R\$ 266.740, representado pelo valor do benefício fiscal anteriormente mencionado, o qual, de acordo com o requerido na Instrução CVM nº 319, foi registrado em contrapartida da conta de reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido. O montante do ágio absorvido pela Tietê, em razão da incorporação, teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado no prazo máximo de 10 (dez) anos, de acordo com a projeção dos resultados futuros elaborada por consultores externos por ocasião da aquisição das ações pela AES Tietê Empreendimentos Ltda.

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, para fins de apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, acima descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e no realizável a longo prazo, na rubrica tributos a recuperar, conforme a expectativa de sua realização. Em virtude de a amortização do ágio, provisão e respectivo benefício fiscal não produzirem efeitos no resultado do exercício, tais valores foram reclassificados na demonstração do resultado para fins de apresentação.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

RECEITA OPERACIONAL	2001	2000
Suprimento e transporte de energia	764.574	521.978
Outras receitas	831	368
Total da receita operacional bruta	765.405	522.346
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL (PIS E COFINS)	(27.106)	(19.807)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.299	502.539
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	(16.667)	(22.063)
Material	(3.001)	(4.872)
Serviço de terceiro	(20.856)	(23.315)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(18.007)	(16.201)
Energia elétrica comprada para revenda, encargos de conexão e energia livre	(272.805)	(31.470)
Depreciação	(62.843)	(62.888)
Provisões operacionais	(6.920)	(2.371)
Outras despesas	(15.455)	(18.022)
Total da despesa operacional	(416.554)	(181.202)
RESULTADO DO SERVIÇO RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	321.745	321.337
Receita	28.382	19.692
Despesa	(123.054)	(131.502)
Variações monetárias/cambiais – líquidas	(128.935)	(115.855)
Total	(223.607)	(227.665)
RESULTADO OPERACIONAL	98.138	93.672
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receita	803	1.004
Despesa	(3.210)	(988)
Total	(2.407)	16
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	95.731	93.688
TRIBUTOS:		
Contribuição social diferida	(4.971)	(17.237)
Imposto de renda diferido	(13.810)	(23.448)
Total	(18.781)	(40.685)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	76.950	53.003
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$	0,82	0,57

(*) Exceto lucro líquido por lote de mil ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

ORIGENS DOS RECURSOS	2001	2000
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	76.950	53.003
Depreciação	62.843	62.888
Variação monetária/cambial – Longo prazo	118.032	105.346
Provisão para litígios e contingências	3.313	
Desativação de bens e direitos	4.318	1.191
Tributos e contribuições sociais diferidos a longo prazo	2.573	9.142
Contas a receber de longo prazo – revendedores	(110.133)	
Provisão para perdas no repasse de energia de Itaipu	7.517	
Outras		(1.500)
Total originado das operações	165.413	230.070
De terceiros –		
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	22.147	34.991
Total das origens dos recursos	187.560	265.061
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aquisições de direitos do imobilizado	27.218	17.741
Aquisições de direitos do diferido	10.285	
Dividendos propostos	66.439	11.278
Juros sobre o capital próprio	40.500	
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	83.385	68.896
Total das aplicações dos recursos	227.827	97.915
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(40.267)	167.146
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No início do exercício	273.998	103.851
No fim do exercício	435.530	273.998
	161.532	170.147
Passivo circulante:		
No início do exercício	213.272	210.271
No fim do exercício	415.071	213.272
	201.799	3.001
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(40.267)	167.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua...

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319 e estabelecido no protocolo de incorporação, a reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Tietê, será capitalizada em favor do acionista controlador, a AES Tietê Empreendimentos Ltda., à medida que o benefício fiscal for realizado, sendo que até 31 de dezembro de 2001 o benefício fiscal acumulado gerado e registrado foi de R\$ 34.382 (R\$ 13.524 até 31/12/2000), dos quais R\$ 21.636 (R\$ 12.456 até 31/12/2000) já foram efetivamente realizados financeiramente e poderão ser utilizados para aumento de capital.

3. ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

a) Informações globais

A principal fonte de receita da Companhia é proveniente da venda de energia elétrica para empresas distribuidoras e comercializadoras (revendedoras). No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a Companhia vendeu aos seus seis principais revendedores um total de 11.363.245 MWh (não auditado), obtendo uma receita bruta de R\$ 764.574 (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia mantém um quadro de 253 (duzentos e cinquenta e três) funcionários, cuja despesa nesse exercício foi de R\$ 16.667, entre salários, encargos, benefícios assistenciais, planos previdenciários e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, as despesas operacionais apresentaram um aumento de 130%, se comparadas com o exercício de 2000, porém o resultado do serviço apresentou-se 0,1% superior ao verificado no exercício de 2000.

As receitas financeiras tiveram um crescimento de 44,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2001, quando comparadas com as de 2000, enquanto as despesas financeiras aumentaram em 1,9% no mesmo período.

b) Investimentos

Conforme regras estabelecidas no edital de privatização da Tietê, e ratificadas no contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, a Companhia assumiu o compromisso de ampliar a capacidade do seu sistema gerador em 15% nos oito anos seguintes à data de assinatura desse contrato.

Seguindo a vocação da Companhia (atividade de geração), a Tietê vem estudando a viabilidade de modernização de suas unidades geradoras, e a ampliação de seu parque gerador através da construção de usinas térmicas, bem como de pequenas centrais hidroelétricas.

Em se tratando de impactos ao meio ambiente, a geração de energia limpa faz parte dos valores da Companhia e, dessa forma, vêm sendo desenvolvidos programas de reflorestamento e piscicultura, além de programas internos e externos de conscientização sobre meio ambiente.

c) Nível de endividamento

A Companhia tem um contrato de financiamento com a Eletrobrás, decorrente de débitos relacionados ao repasse de energia de Itaipu/Furnas. O saldo está sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., amortizado mensalmente e com vencimento final em 15 de maio de 2013 (vide nota explicativa nº 13).

A Companhia tem também dois empréstimos com a Fundação CESP, demonstrados na nota explicativa nº 21. O primeiro refere-se às retenções de reservas, com vencimento para 30 de novembro de 2005, cujos encargos são calculados com base na variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, ou pela variação da TR, acrescida de juros de 8% a.a., dos dois o maior.

O segundo trata-se de Contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Salgado – BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do IGP-DI acrescida de juros de 6% a.a., dos dois o maior.

d) Nível de eficiência

A tabela abaixo demonstra, comparativamente, os índices de falhas e de disponibilidade (%) verificados nas usinas nos últimos dois anos:

Usina	(Não auditado)			
	(1) Índice de falhas 2001	Índice de falhas 2000	(2) Índice de disponibilidade (%) 2001	Índice de disponibilidade (%) 2000
Barra Bonita	1,65	0,75	97,15	98,36
Bariri	0,54	2,69	82,87	96,86
Ibitinga	0,88	0,73	95,84	97,60
Promissão	2,89	1,68	93,54	98,45
Nova Avanhandava	3,14	2,26	95,79	93,38
Água Vermelha	1,6	0,76	98,76	97,89
Caconde	0,77		98,54	97,76
Euclides da Cunha	0,17	0,34	98,74	98,29
Limoeiro	0,06	2,19	98,68	98,45

(1) O índice de falhas é definido como (falhas * 8.760) / (número de horas de operação).

(2) O índice de disponibilidade é definido como (nº de unidades geradoras * 8.760 (-) número de horas anuais de manutenção preventiva (-) número de horas anuais de manutenção forçada) / 8.760 * 100.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas estabelecidas pelo poder concedente.

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas do setor

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – de acordo com o disposto nas Instruções Gerais nºs 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento – parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e está limitada até 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (curto prazo e energia livre) – as compras e as vendas são registradas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE, entidade responsável pela apuração das transações de compra e venda realizadas no âmbito do MAE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela administração da Companhia, utilizando-se de certas informações disponíveis no mercado.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

Revendedores – as contas a receber incluem os valores faturados e não faturados relativos ao suprimento de energia elétrica, contabilizados segundo o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – é constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos.

Imobilizado – é registrado ao custo de aquisição ou de construção. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,0% e 8,3% para os bens vinculados ao sistema de geração, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e demais encargos são apropriados em despesas financeiras.

Provisões para litígios e contingências – são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processo, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão – os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes.

Contribuição social e imposto de renda – são calculados com base no lucro ajustado de acordo com a legislação aplicável. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável ajustado. A Companhia registra créditos fiscais sobre base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis, conforme Deliberação CVM nº 273.

Lucro e dividendos por ação – são determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia possui saldo de R\$ 171.957 (R\$ 158.432 em 2000) em aplicações financeiras de curto prazo (inferior a 90 dias), tendo como rentabilidade média a variação do dólar norte-americano (variação do CDI em 2000).

7. REVENDEDORES

	2001	2000
Energia contratada		
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	9.280	9.359
Bandeirante Energia S.A.	14.168	12.936
Companhia Piratininga de Força e Luz	9.105	
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz	22.088	12.232
Empresa Elétrica Bragança S.A. – EEB	8.284	2.544
Companhia Nacional de Energia Elétrica S.A. – CNEE	6.082	1.930
Subtotal	69.007	39.001

Energia de curto prazo (1)

Furnas Centrais Elétricas S.A.	14.983	16.342
Gerasul Centrais Geradoras do Sul do Brasil	34	1.192
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc	500	392
Ceal – Centrais Elétricas de Alagoas	185	221
Celg – Centrais Elétricas de Goiás	205	200
Outros	171	250
Subtotal	16.078	18.597

Energia livre – Parcela de curto prazo (2)

Total 190.563 57.598

Energia livre – Parcela de longo prazo (2)

Total 104.693

(1) Energia de curto prazo inclui os valores faturados relativos ao suprimento para os revendedores de energia elétrica. O saldo a receber da energia de curto prazo de Furnas Centrais Elétricas S.A. está sendo negociado no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(2) O saldo a receber de energia livre inclui a parcela estimada e disponibilizada pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE em 13 de março de 2002 e a parcela adicional estimada pela administração da Companhia (vide nota explicativa nº 23).

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se ao suprimento de energia elétrica às empresas abaixo relacionadas:

Contas a receber – Revendedores:

2001 **2000**

Energia contratada

Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

19.008 19.770

Energia de curto prazo

Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

417

Light Serviços de Eletricidade S.A.

2

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

4 40

AES Uruguiana Empreendimentos Ltda.

26 26

Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig

4

Subtotal

30 489

Total 19.038 20.259

Receita operacional

Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

184.669 171.377

Light Serviços de Eletricidade S.A.

2

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

395

AES Uruguiana Empreendimentos Ltda.

26

Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig

5

Total 184.669 171.805

Os volumes e preços das tarifas de compra e venda de energia elétrica são determinados pela Aneel.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Ativo **Passivo**

2001 **2000** **2001** **2000**

Circulante:

Imposto de renda e contribuição social diferidos –

Diferenças temporárias 3.036 3.826

Imposto de renda e contribuição social a compensar 18.887 7.342

Imposto de renda e contribuição social a recolher PIS/COFINS a recolher 7.158 1.169

Outros 899 541 1.743

Total 22.822 11.709 7.158 2.912

Longo prazo:

Imposto de renda e contribuição social – Prejuízo fiscal e base negativa 77.652 75.442

Imposto de renda e contribuição social diferidos –

Diferenças temporárias 12.805 12.148

Total 90.457 87.590

a) Os tributos diferidos ativos representam os créditos fiscais compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre prejuízos fiscais, provisões temporariamente não dedutíveis e sobre a base negativa da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, os tributos diferidos identificados por origem estão assim compostos:

Ativo **2001** **2000**

Circulante:

Provisão para readequação organizacional 210

Provisão para energia de curto prazo e energia livre 806

Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu 3.036 1.977

Outros 833

Total do circulante 3.036 3.826

Longo prazo:

Provisão para contingências fiscais 3.807 2.132

Provisão para contingências trabalhistas 3.576 2.586

Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu 5.422 7.430

Base negativa de contribuição social – Anos anteriores 21.795 21.089

Prejuízo fiscal 55.857 54.353

Total do longo prazo 90.457 87.590

Total 93.493 91.416

A administração da Companhia, com base em seu orçamento previsto para os próximos exercícios, estima que esses créditos poderão ser realizados em até 5 (cinco) anos. A recuperação desses créditos está sendo periodicamente revisada, por ocasião de eventuais atualizações efetuadas no orçamento previsto.

b) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados nas contas patrimoniais. A seguir demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures é composto da seguinte forma:

	2001		2000	
	Encargos Circulante	Principal Longo prazo	Encargos Circulante	Principal Longo prazo
Em moeda nacional				
Debêntures (a1)	1.495	50.760	52.255	
Eletrobrás (a2)	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436
Subtotal	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436
Em moeda estrangeira				
Credit Suisse (a3)			5.795	56.711
Total	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436

a1) Debêntures (quarta emissão), emitidas em duas séries, remuneradas pela variação da TR, acrescida de juros de 9% a.a., ou pela variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, dos

	2001		2000	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Composição dos tributos no resultado:				
Diferido	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(17.237)
Total de tributos	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(17.237)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	95.731	95.731	93.688	93.688
Juros sobre o capital próprio – TJLP	(40.500)	(40.500)		
Resultado total antes dos impostos	55.231	55.231	93.688	93.688
Adições (exclusões):				
Provisão para contingência				2.372
Outros	9	2	105	(1.363)
Subtotal	9	2	105	1.009
Base de cálculo	55.240	55.233	93.793	94.697
Alíquota 25% 9% 25% 9%				
Despesa com impostos às alíquotas nominais	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(8.523)
Ajuste do exercício anterior (b1)				(6.184)
Mudança de alíquota (b2)				(2.530)
Total	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(17.237)

(b1) Valores cindidos pela Companhia Energética de São Paulo – CESP em 31 de dezembro de 1998, sendo parte revertida em 2000 em virtude de fato de ser oriunda de resultados de anos anteriores a 1992 e, portanto, não ser passível de compensação com lucros futuros.

(b2) A Companhia alterou o percentual para cálculo da contribuição social sobre as provisões de longo prazo e base negativa de 9% para 8%, visto que a legislação em vigor trará a alíquota para esse percentual em 2002.

c) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:

IRPJ **CSSL** **Total**

Varição dos saldos dos tributos e contribuições diferidos:

Prejuízo fiscal 1.504 1.504

Base negativa de contribuição social – anos anteriores 706 706

Diferenças temporárias sobre provisões 488 (621) (133)

Subtotal 1.992 85 2.077

Benefício fiscal da amortização do ágio (nota explicativa nº 10) (15.802) (5.056) (20.858)

Total (13.810) (4.971) (18.781)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR – CURTO E LONGO PRAZOS

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio da controladora pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 2. Os tributos a recuperar serão realizados no prazo máximo de 10 (dez) anos de acordo com a projeção dos resultados futuros da Companhia. A movimentação no exercício é a seguinte:

2001 **2000**

Valor **Valor**

Ágio **Provisão** **Líquido** **Líquido**

Saldos oriundos da incorporação 808.303 (541.563) 266.740 266.740

Realização até o final do exercício (104.190) 69.808 (34.382) (13.524)

Saldos no final do exercício 704.113 (471.755) 232.358 253.216

Parcela de curto prazo 22.153 20.864

Parcela de longo prazo 210.205 232.352

11. IMOBILIZADO

